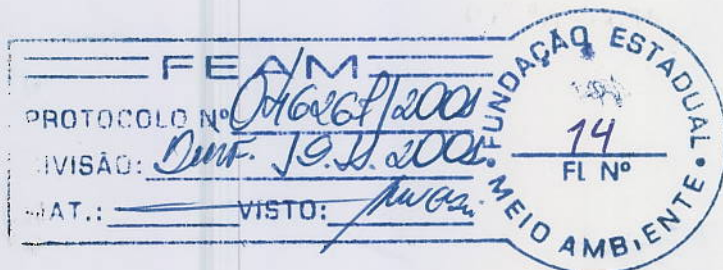


092/92/005/99

AO

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM



AUTO DE INFRAÇÃO Nº.180/99

PROCESSO Nº.092/92/05/99

**CAL FERREIRA LTDA**, empresa localizada à Rua Jotte Correa, Nº. 51, em Formiga, MG, vem, tempestivamente, apresentar seu Pedido de Reconsideração contra o AI em epígrafe, no qual será evidenciado que em que pese a admiração e respeito que se tem pela FEAM, a autuação não deverá prosseguir até que suas causas motivadoras sejam devidamente elucidadas, tendo em vista as relevantes informações de fato a seguir expostas, que ao final comprovarão a total improcedência da pena aplicada, mediante os seguintes fatos e fundamentos:

### HISTÓRICO

#### A – Quanto à vistoria

Realizada em 20 de julho de 1999, na qual, o fiscal relatou que “a Cal Ferreira encontrava-se em atividade de lavra, numa nova frente desenvolvida na área do processo DNPM 831.069/92, coordenadas 7746703N e 23441454E, DATUM W6584, cuja área teve as atividades suspensas pelo COPAM, e até a presente data, se encontra em vigor a respectiva Deliberação COPAM”.

#### B – Quanto ao Auto de Infração

Lavrado pelo técnico legalmente habilitado da FEAM no mesmo dia da vistoria, infração gravíssima por “Descumprir determinação formulada pelo Plenário do COMAM, por Câmara Especializada ou por órgão de apoio”.

DINF/ANEXOS

### **C – Quanto ao julgamento e penalizações aplicadas**

A Câmara de Atividades Minerárias do COPAM, após examinar em reunião ocorrida em 11 de outubro de 2001 os pareceres Técnico ( Protocolo FEAM 030423) e Jurídico da FEAM ( Protocolo FEAM 037273/2000 ) para o processo em epígrafe, deliberou pela “aplicação de penalidade de multa no valor de 40.000UFIR’s” e “aprovar moção ao GCFAI para que se faça cumprir a Deliberação COPAM 075/97 e encaminhar notificação ao Ministério Público”

## **POSICIONAMENTO DA EMPRESA FRENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO**

### **A – Verificação do fato**

A empresa, tão logo recebeu o Auto de Infração objeto, contratou o Eng. de Minas Lucas Ubaldo de Resende, CREA 14.475 / D, que após vistoriar o local da fiscalização e promover estudos pertinentes na área do processo DNPM 831.069/92 e suas circunvizinhanças, concluiu em 27 de julho de 1.999, Laudo Técnico sobre o assunto, cópia em anexo, devidamente acompanhado, dentre outros documentos, do Memorial descritivo do Processo DNPM 831.069/92 e 810.680/73 extraídos do banco de dados do DNPM ( Títulos Minerários, base Abril/99 ), a partir do qual foram locadas seu perímetros e de seus confrontantes em Plantas de Situação e Detalhe, com a identificação da coordenada apontada pelo técnico da FEAM. No mesmo trabalho, devidamente acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica – ART recolhida em 28 de julho de 1.999, também foram identificados, com auxílio dos funcionários da empresa, os pontos nos quais o técnico da FEAM relatou no referido Auto de Fiscalização, que “na frente de lavra foi identificado uma gruta que se encontrava com a entrada parcialmente destruída pelo detonante da rocha”, os quais foram caracterizados e locados em mapa.

Os principais resultados do referido Laudo, ora transcritos, apontam que:

- Que o local vistoriado pelo técnico da FEAM, pertence à Portaria de Lavra Nr.1.711/85, Processo DNPM 810.680/73, apontando portanto tal atividade minerária, como local devidamente autorizado pelo DNPM;





- Que no local acobertado pelo Alvará de Pesquisa 3.364/93, Processo DNPM831.069/92, a empresa não está minerando, acatando portanto a determinação de suspensão de atividades, conforme deliberação COPAM;
- Que no local identificado pelo fiscal da FEAM como uma gruta, deve, com base em nossa experiência de campo, e nos trabalhos de espeleologia conduzidos no local, ser considerado como fenda na formação calcária, e não, gruta;

Do mesmo modo, as principais conclusões do referido Laudo, ora transcritos, apontam que:

- A Cal Ferreira não está lavrando na área cujas atividades foram suspensas pelo COPAM;
- As atividades de lavra ocorrem apenas em locais devidamente credenciados pelo DNPM, mediante Portaria de Lavra, cujos Relatórios Anuais de Lavra vem sendo regularmente apresentados ao DNPM, e
- A abertura apontada pelo técnico da FEAM é, em nossa opinião, uma fenda na formação calcária e como tal devendo ser tratada.

#### **B – Posicionamento da empresa**

A empresa, acatando sugestão da FEAM e de seu consultor, o Eng. de Minas Lucas Ubaldo de Resende, suspendeu os trabalhos com explosivos nas proximidades da abertura objeto, mesmo sabedora que o local em referencia não se encontrava em área embargada pelo COPAM e não se caracterizava como gruta, até conclusão do possível impasse entre a opinião dos técnicos acima citados.

A empresa na mesma oportunidade, manteve contato com a então Gerencia da Divisão de Minerais Não Metálicos – DINME, sendo aconselhada a protocolizar o Laudo elaborado pelo Eng. Lucas Resende como forma de prestar os devidos esclarecimentos contra o Laudo de Infração em epígrafe. No entanto, a empresa até constituir advogado para promover sua defesa, perdeu o prazo legal para protocolo do documento. Naquela ocasião, a empresa manteve contato com

elemento ligado à Assessoria Jurídica da FEAM, recebendo orientação que não adiantaria apresentar defesa fora do prazo, uma vez que a mesma não seria apreciada, cabendo no entanto a possibilidade da empresa requerer, como de fato ora esta requerendo, pedido de reconsideração.



**C – Licenciamento Ambiental da Portaria de Lavra Nr.1.711/85, Processo DNPM 810.680/73**

Encontra-se devidamente protocolizado na FEAM em 1/ de abril de 1995 sob Nr. 5862, com informações complementares solicitadas mediante Ata de Reunião ocorrida na DINME em 30/11/99 com a participação dos Drs Marcelo O Fonseca e Marcelo Taylor, as quais já foram devidamente protocolizadas.

**DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO**

Pelos fatos acima, evidencia-se com clareza, a existência de impasse entre a posição do técnico da FEAM e aquele contido no Laudo Técnico elaborado naquela ocasião pelo Eng. de Minas Lucas Ubaldo Resende.

Tendo em vista o fato acima, a empresa solicita respeitosamente, que antes do julgamento de seu pedido de reconsideração contra o Auto de Infração em epígrafe, o referido impasse entre a opinião dos técnicos seja solucionado mediante estabelecimento de vistoria ao local com a presença, dentre outros, dos dois técnicos envolvidos e do representante do DNPM, para ai sim, ser verificado a veracidade dos fatos e das acusações a que a Cal Ferreira está sendo ora penalizada, com as mesmas sendo mantidas, no caso de se verificar a procedência das observações do fiscal da FEAM contidas no Auto de Fiscalização ocorrido em 20 de julho de 1999 ou com o devido arquivamento do processo no caso das observações do Eng. de Minas Lucas Ubaldo de Resende em seu Laudo Técnico datado de 27 de julho de 1999, cópia da ART de nº 2308364, de 28/07/99, mostrarem-se procedentes.





Por fim, a empresa tem ainda a comentar que paralisou e mantém paralisada qualquer forma de atividade minerária dentro da área acobertada pelo processo DNPM 831.069/92 desde o momento em que o COPAM, mediante Deliberação 075/97, suspendeu as atividades naquele local.

Pelo exposto, requer a Autuada, ora Recorrente, que sua defesa seja processada, analisada e julgada procedente com a consequentemente agendamento da vistoria técnica acima proposta ao local objeto para dirimir as dúvidas existentes, e em função dos resultados de tal trabalho conjunto, que as multas e penalizações ora facultadas pela Câmara de Atividades Minerárias do COPAM sejam ou mantidas, no caso de ser confirmado a veracidade das informações do técnico da FEAM ou com o Auto de Infração arquivado no caso de ser constatado a procedência das informações contidas no Laudo Técnico apresentado tempestivamente como defesa ao processo objeto.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Formiga, 13 de novembro de 2.001

  
CAL FERREIRA LTDA